



Caso Marielle chega ao fim e abre novas portas

Ana Maria Campos

O desfecho do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol) e do motorista Anderson Gomes revela muito mais do que os prováveis autores intelectuais da execução. O inquérito, — conduzido por experientes policiais federais, os delegados Guilherme de Paula Machado Catramby, Jaime Candido da Silva Junior e Leandro Almada da Costa —, mostra a cara do crime organizado infiltrado nas instituições do Rio de Janeiro.

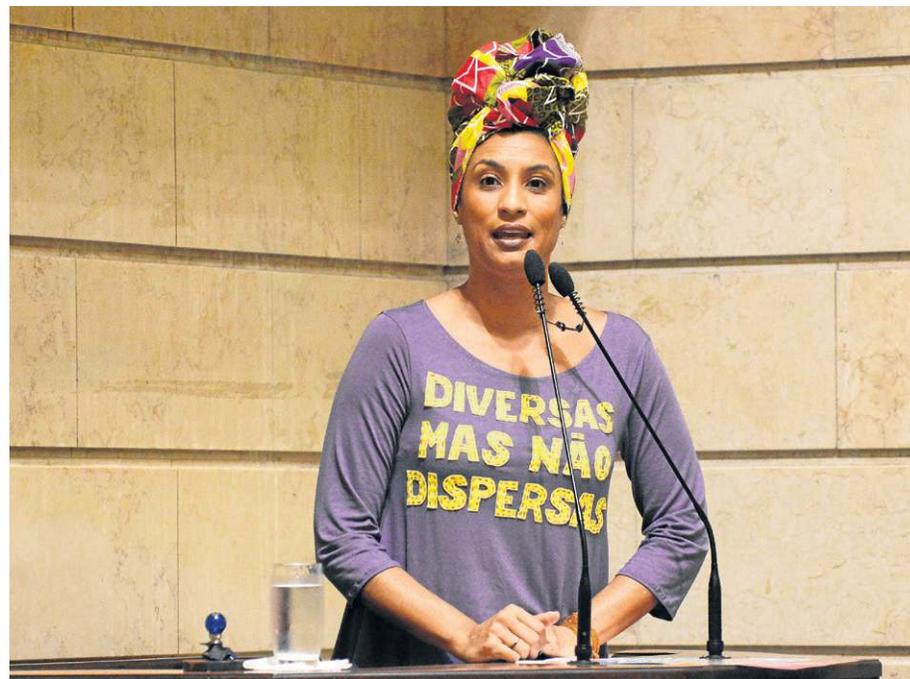
Segundo o inquérito, quem deveria investigar, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa, recebia propina para desviar os rumos da apuração e livrar dois importantes integrantes do Estado: os irmãos Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio, e o deputado federal Chiquinho Brazão (ex-União-RJ). A continuidade das investigações pode envolver outros personagens em outros crimes.

No momento, a Polícia Federal trabalha com os documentos e equipamentos apreendidos na busca e apreensão realizada no dia das prisões. A expectativa é encontrar mais elementos que comprovem a participação dos três alvos de Marielle. Os dados podem reforçar a denúncia que será apresentada pela Procuradoria-Geral da República.

Caso os irmãos Brazão e o delegado Rivaldo Barbosa decidam colaborar com a Justiça, por meio de um acordo de delação, muitos fatos e personagens do mundo do crime podem aparecer. É como desenrolar um novelo sem fim.

Uma das questões que precisa ser esclarecida é quem indicou o delegado Rivaldo Barbosa para a chefia da Polícia Civil do Rio de Janeiro, em 13 de março de 2018, um dia antes da execução de Marielle e de Anderson e da tentativa de homicídio da assessora da vereadora, a jornalista Fernanda Chaves.

Rivaldo foi nomeado pelo então interventor da segurança pública no Rio, General Walter Braga Netto. Em seguida, o chefe da Polícia Civil nomeou o delegado Ginton Lages como titular da Delegacia de Homicídios, e responsável pelas investigações do caso Marielle. O policial também foi alvo de busca e apreensão no último domingo.



Apuração da morte de Marielle foi sabotada no Rio para acobertar poderosos

Quem é Leandro Almada

Superintendente regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, o delegado Leandro Almada da Costa, 53 anos, teve papel fundamental no deslinde do caso Marielle. Ele atuou na chamada “investigação das investigações” que apurou o trabalho da Polícia Civil do Rio na apuração dos envolvidos no homicídio da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Esse trabalho concluiu que uma testemunha foi plantada para desviar o foco do inquérito. Graduado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Almada foi oficial temporário do Exército, delegado da Polícia Civil em Minas Gerais, onde atuou durante dois anos na delegacia

A Polícia Federal também aponta a omissão do promotor de Justiça encarregado do caso logo após o crime, Homero de Neves Freitas Filho. “A conduta omissiva de Homero, enquanto membro do Ministério Público do Rio de Janeiro, não é novidade, sobretudo por ele ter

EBC



de homicídios, e desde 2008 está na PF. Com isso, adquiriu grande expertise em investigações de assassinatos. Ele também foi superintendente regional da Polícia Federal no Amazonas e na Bahia.

sido uma das engrenagens responsáveis pela condenação do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso da Favela Nova Brasília. Não à toa, a investigação do fato somente foi chamada à ordem e começou a progredir com a saída de Homero e a assunção dos

trabalhos pelo GAECO/MPRJ”, afirmam os delegados no relatório da PE.

A sabotagem de policiais civis e a omissão apontada em relação ao Ministério Público criaram o que na linguagem da PF é nomeado um “cold case”, ou seja, sem os elementos da investigação colhidos no calor dos fatos, como depoimentos e vídeos de câmeras nas regiões próximas da cena do crime.

O motivo dos homicídios seria uma dificuldade criada por Marielle na aprovação na Câmara de Vereadores de um projeto que previa a criação de loteamentos na Zona Oeste do Rio, com interesse de milicianos. A investigação avançou devido a informações reveladas pelo matador de aluguel Ronnie Lessa que firmou acordo de delação premiada para apontar os detalhes do crime. Todas as informações estão sendo checadas e comparadas com rastros do que ocorreu há seis anos.

Os irmãos Brazão são acusados de serem os mandantes e o delegado Rivaldo Barbosa, apontado como o responsável por dar cobertura para o crime e ainda ajudar na preparação. Os três estão presos preventivamente em presídios federais de segurança máxima, em celas individuais e incommunicáveis.

O caso chegou ao STF por envolver um suspeito com foro de prerrogativa de função na corte superior, o deputado Chiquinho Brazão, expulso do União Brasil ainda na noite de sua prisão. Os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz foram presos, acusados, respectivamente, de ser o autor dos 13 disparos e de dirigir o veículo usado no crime.

Emparedado pela investigação, aberta no ano passado, por determinação do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, o ex-policia militar Ronnie Lessa, que está há quatro anos na penitenciária federal de segurança máxima de Campo Grande, aceitou falar em troca de benefícios em seus inúmeros processos por homicídios.

A delação pode abrir portas para a elucidação de vários assassinatos nunca esclarecidos porque os inquéritos foram sabotados pela Delegacia de Homicídios, conduzida pelo delegado Rivaldo Barbosa. Esses capítulos da história estão guardados e mantidos sob sigilo pelo ministro Alexandre de Moraes.